

Comunicado de Imprensa
Janeiro 2016

Contacto
Isabel Valente | 968923157

Famílias, profissionais e organizações não-governamentais num dia pelo nascimento:

Nascer em Amor ~ 1º Encontro da Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto

Lisboa, 12 de Janeiro de 2016 - A Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto (APDMGP) promove, a 30 de Janeiro de 2016, o seu primeiro encontro. O evento realiza-se no auditório do Centro Cultural de Cascais (Fundação Dom Luís I), com o apoio da Câmara Municipal de Cascais.

A APDMGP pretende que este seja um dia de informação, partilha e inspiração para todos os interessados nas questões da gravidez e nascimento em Portugal, sejam famílias, profissionais ou representantes de organizações não-governamentais e de movimentos e iniciativas da sociedade civil. Objetivo é espelhar e analisar a forma como se nasce neste momento no nosso país e projetar o que pretende para o futuro, dando voz a todos os envolvidos.

Com base no inquérito '[Experiências de Parto em Portugal](#)', realizado no primeiro trimestre de 2015 - ao qual responderam mais de 3.000 mulheres e cujos resultados serão apresentados no início do encontro -, Nascer em Amor parte da caracterização da forma como atualmente se nasce em Portugal para debater o caminho que se pretende traçar para o futuro, em termos de Saúde Materna e Obstétrica no nosso país. O dia será preenchido com as intervenções dos oradores convidados, entre os quais Mark Harris, enfermeiro parteiro britânico, que partilhará o seu trabalho acerca do pai no nascimento, através da intervenção e do *workshop* que conduzirá.

Para além de Mark Harris, são também oradores a Enfermeira Marta Gabriela Oliveira (Associação Portuguesa Pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto), que apresentará os resultados do inquérito 'Experiências de Parto em Portugal', Fátima Marques (terapeuta e fundadora do projeto Saúde Para Todos), com uma reflexão sobre a importância dos primeiros 18 meses intra e extra-uterinos na qualidade de vida dos seres humanos, Sandra Aranha Cunha (psicóloga com especialização na área da saúde e presidente do Associação Projeto Artémis) que falará acerca da perda gestacional e da forma de com ela lidar nos serviços de saúde e Inês Anjo, do movimento cívico Mães d'Água – Parto na Água em Portugal, que traz informações acerca desta metodologia de apoio ao parto, em Portugal e noutros países.

A ronda de intervenções encerra com o debate 'Como queremos que se nasça em Portugal?', moderado por Sara do Vale, presidente da APDMGP, com Ana Raposeira

(presidente da Associação Doulas de Portugal), Cristina Costa (médica obstetra), Mónica Barbosa (peticionária pela presença de acompanhante nas cesarianas programadas e de baixo risco) e Patrícia Capela (enfermeira de saúde materna e obstétrica) e microfone aberto para a assistência.

De forma inédita, a Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto dá voz, num mesmo encontro, a pais, mães, famílias, organizações não-governamentais, representantes de movimentos da sociedade civil e profissionais do parto. Prossegue assim o cumprimento da sua missão, enquanto plataforma de diálogo e cooperação real e efetiva entre todos os envolvidos na gravidez e parto, com base na defesa dos direitos humanos.

A Associação Portuguesa Pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto esteve em Outubro passado perante o Comité Para a Eliminação da Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW, um organismo das Nações Unidas), reportando acerca do estado da Saúde Materna e Obstétrica em Portugal, no âmbito da audição ao nosso país. O CEDAW fez ao Estado Português as seguintes recomendações, após audição e apreciação das várias partes:

"Saúde: 36. O Comité congratula as realizações significativas do Estado Português na redução da mortalidade infantil e materna. No entanto, está preocupado com a liberdade limitada vivida pelas mulheres nas escolhas de métodos de nascimento. O Comité está particularmente preocupado com os relatos de que muitas vezes as mulheres não são consultadas e são submetidas a partos excessivamente medicalizado e cesarianas. 37. O Comité recomenda que o Estado preveja salvaguardas adequadas para assegurar que os procedimentos excessivamente medicalizados no parto, tais como cesarianas, sejam cuidadosamente avaliados e realizados apenas quando for necessário e com o consentimento informado da parturiente."

Foi a primeira vez que o CEDAW elaborou recomendações a Portugal na área da Saúde Materna e Obstétrica.

Informação mais detalhada sobre o encontro Nascer em Amor em <https://nascereamor.wordpress.com/>

Para conhecer melhor o trabalho realizado pela APDMGP no seu primeiro ano de existência, consulte

<http://www.associacaogravidezeparto.pt/1-ano-de-apdmgp/>

Sobre o promotor A Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto é uma associação sem fins lucrativos, fundada em Dezembro de 2014. Constitui-se como plataforma de diálogo e cooperação entre profissionais de saúde, terapeutas, doulas e famílias, com base na defesa dos direitos humanos na gravidez e parto.

<http://www.associacaogravidezeparto.pt>